

Zeta Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. A Administração

Balanço patrimonial					Demonstração do Resultado					Demonstração das mutações do patrimônio líquido										Demonstração do Fluxo de Caixa				
		Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021												31/12/2022	31/12/2021			
Ativo					Receita operacional líquida	9	774.134	1.361.860		Capital social									Atividades operacionais					
Circulante					Custo da venda de energia	10	(783.238)	(1.425.633)		Reserva legal									(Prejuízo) lucro líquido do exercício	138.770	(138.040)			
Caixa e equivalentes de caixa	3		271.418	168.437	Variação no valor justo dos contratos					Reserva de contingência									Ajustes para reconciliar o (prejuízo)					
Contas a receber	4		80.890	85.314	Faturamento de comercialização de energia	5	220.302	(90.016)		Reserva de contingência especial									lucro líquido ao caixa gerado pelas					
Tributos e contribuições a compensar			5.661	5.051	Lucro (prejuízo) before		211.198	(153.789)		Reserva especial									(utilizado) nas atividades operacionais					
Adiantamentos a fornecedores	5		-	14.095	Lucro (prejuízo) before														Depreciação e amortizações					
Contratos de comercialização de energia	5		198.773	193.995	(Despesas) receitas operacionais														Variação no valor justo dos contratos	2				
Outros			43	43	Despesas gerais e administrativas	10	(3.039)	(2.868)											Faturamento de comercialização de energia (nota 5.c)	(243.705)	89.456			
			556.585	466.935	Outras receitas (despesas) operacionais		117	1.929											PIS e COFINS diferidos (nota 5.c)	23.403	560			
Não circulante					Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(208.276)	(154.728)											IR e CS diferidos (nota 5.c)	74.903	(30.605)			
Realizável a longo prazo					Resultado financeiro														Juros sobre direitos creditórios - FIDC (nota 5.c)	19.960	23.080			
Contratos de comercialização de energia	5		197.984	123.044	Receitas financeiras	11	25.630	9.962											(Aumento) diminuição de ativos					
Imobilizado e intangível			2	4	Receitas financeiras	11	(20.233)	(23.879)											Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.624	65.300			
			197.886	123.048	Despesas financeiras		5.397	(13.917)											Tributos e contribuições a compensar	61.003	(3.642)			
Total do ativo			754.571	589.983															Adiantamento a fornecedores	14.095	(13.574)			
					Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		213.673	(168.645)											Outros	-	1			
Passivo					IR e CS - Diferido	5/12	(74.903)	30.605																
Circulante					Lucro líquido (prejuízo) do exercício		138.770	(138.040)																
Fornecedores	6		76.256	101.739																				
Tributos a recolher			721	6																				
Salários e encargos sociais			49	59																				
Antecipação de recebíveis	5		87.358	11.578																				
Dividendos a pagar			1.799	-																				
Contratos de comercialização de energia	5		63.990	290.840																				
Total dos passivos circulantes			230.173	404.222																				
Não circulante																								
Antecipação de recebíveis	5		40.496	-																				
Contratos de comercialização de energia	5		73.710	10.846																				
IR e CS diferidos	12		79.932	5.029																				
PIS e COFINS diferidos	12		23.963	580																				
			218.101	16.435																				
Patrimônio líquido																								
Capital social	8		300.100	300.100																				
Reservas de lucros			6.197	7.266																				
Prejuízos acumulados			306.297	168.326																				
			754.571	589.983																				
Total do passivo e do patrimônio líquido																								
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021																								
1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A Zeta Comercializadora de Energia S.A. ("Zeta" ou "Companhia") é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, constituída em 10 de dezembro de 2012, inicialmente sob o razão social Delta Trading Comercializadora de Energia Ltda. A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 410, 7º andar, CEP 04538-132, Itaim Bibi. A Companhia passou a operar regularmente a partir de 11 de março de 2019. A Companhia tem por objeto: (a) a comercialização de energia elétrica; (b) a intermediação de negócios em geral, relacionados à comercialização de energia elétrica; (c) a prestação de serviços de consultoria relacionados a investimentos, planejamentos e comercialização em geral de energia elétrica; e (d) a participação em outras empresas comerciais ou civis, nacionais, ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da empresa investida. A Companhia iniciou suas operações regularmente a partir de 11 de março de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou importantes operações de compra e venda de energia elétrica com participantes do mercado livre de energia no âmbito da Energia Elétrica Câmara de Comércio (CECE), atuando no mercado livre e realizando operações de negociação e pré-pagamento. A controladora da Companhia é o BPCS Delta Energia Fundo de Investimento em Participações multissetorial, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 578, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.724.261/0001-96, representada por sua administradora, MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. ("MAF"), instituição financeira com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia do Botafogo, nº 501, 6º andar (parte), Bloco I, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº 36.864.992/0001-42. A MAF foi autorizada pela CVM a exercer as atividades de administração de valores mobiliários, por meio do Estatuto Declaratório CVM nº 18.067, emitido em 19 de abril de 2021. A Companhia teve suas atividades autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Despacho nº 3.055, em 3 de setembro de 2013. 1.2. Impactos da Covid-19: A administração da Companhia analisou os possíveis impactos da crise gerada pelo COVID-19 para o negócio, e concluiu que não houve impactos negativos no presente e entende como remota a possibilidade de perdas financeiras futuras como as provenientes da não realização dos recebíveis e da volatilidade no preço da energia, uma vez que a Companhia opera com uma carteira de contratos de compra e venda com exposição limitada de energia a ser contratada. O governo do Brasil permitiu o retorno das atividades comerciais, com a retomada das atividades econômicas, e observamos um aumento no preço da energia elétrica dada a este evento e a outros eventos que normalmente influenciam o preço da energia.																								
2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contábeis na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das operações pagas em troca de ativos. 2.2. Declaração de relevância: A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OPCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A Administração declara que todas as informações relevantes apresentadas nestas demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. 2.3. Aprovação das demonstrações financeiras: Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 15 de fevereiro de 2023. 2.4. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto orientações indicadas de outra forma. 2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisitos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Reconhecimento e contabilização dos instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado (nota 5). 2.6. Principais práticas contábeis: 2.6.1. Instrumentos financeiros: A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: i) Classificação e mensuração: Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A																								
operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, durante outros aspectos, do alcance e da época das auditorias planejadas e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.																								
São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. – CRC SP-034519/O Francisco F. A. Noronha Andrade – Contador CRC-PE026317/O-9																								

As Acionistas e Administradores da Zeta Comercializadora de Energia S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zeta Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, durante outros aspectos, do alcance e da época das auditorias planejadas e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. – CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade – Contador CRC-PE026317/O-9

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilgale.diariodenoticias.com.br/>